

Previsão do Tempo

Lajeado
7°/22°C

SÁBADO	7°/22°	
DOMINGO	8°/24°	
SEGUNDA	10°/26°	
TERÇA	13°/21°	
QUARTA	12°/21°	

Arroio do Meio	Estrela	Porto Alegre
7°/22°	7°/22°	7°/22°

NIH (Núcleo de Informações Hidrometeorológicas) - UNIVATES

» INDICADORES

DÓLAR Comercial Compra R\$ 3,1254 Venda R\$ 3,1260	Turismo Compra R\$ 3,0600 Venda R\$ 3,2600	SALÁRIO Mínimo R\$ 937	Selic Over 9,15
Paralelo Compra R\$ 3,0600 Venda R\$ 3,2600	EURO Compra R\$ 3,6816 Venda R\$ 3,6823		IGP-DI jul -0,96
POUPANÇA DIA -4/8 variação - 0,6059			IGP-M jul 0,67
TR DIA -4/8 variação - 0,1054			IPCA (IBGE) jul -0,23
			INPC (IBGE) jun -0,30

» CRÔNICA

Marcos Frank

neurocirurgião

O estado é o problema

“A sociedade é produzida a partir de nossa vontade e o governo a partir de nossa maldade...” Thomas Paine (1737-1809)

“A palavra Estado, com E maiúsculo, é uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. As funções tradicionais do Estado englobam três domínios: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.”

Nos últimos anos, temos assistido no Brasil o que um Estado entregue nas mãos das pessoas erradas pode ocasionar. Os desvios milionários, a inépcia para gestão da coisa pública, a mudança de opinião como quem muda de roupa, os abusos autoritários, os descalabros, os salários e mordomias faraônicos.

Quem antes era contra, agora é a favor, quem nomeia escolhe os da mesma laia, a Justiça tão criticada por ser lenta agora se agiliza, mas acaba por ser seletiva. Para

culminar, após a sessão lamentável da nossa Câmara, tivemos a inacreditável acusação ao desembargador catarinense.

Ao contrário dos americanos, cujo grande libertário Paine citei na abertura deste texto, nós brasileiros nunca tivemos a necessária e salutar desconfiança do tamanho do Estado.

E é esse Estado que tenta abocanhar quase toda atividade econômica e legisla com fúria irracional que nos destrói enquanto temos construir um país.

Neste aspecto, a corrupção sistêmica é apenas um dos muitos sintomas dessa hipertrofia estatal.

Temos, ainda, entre outros, a incompetência e tirania como bem se viu no aumento recente dos combustíveis e na necessária interdição do Presídio de Lajeado.

Presídios, pela lei, são locais destinados às pessoas que ainda não foram julgadas em definitivo, ou seja, que ainda não receberam sua sentença, pois, para aqueles que já estão sentenciados e não há mais

possibilidade de recurso em seus processos, caberão as “penitenciárias”.

Em nossa região, só há uma penitenciária, a de Venâncio Aires.

Por inépcia e incompetência de vários governos, mas especialmente deste que nos governa atualmente, estamos à beira de um colapso na segurança pública. Conforme o desembargador Luiz Felipe Silveira Difinio, desde o começo do governo José Sartori (PMDB), ingressaram mais de cinco mil novos presos, e nenhuma nova vaga foi criada, nem mesmo no Presídio de Canoas, em fase conclusão das obras.

O quadro é tão aterrador que os magistrados gaúchos lançaram uma carta, da qual destaco apenas um trecho: “Os magistrados da execução criminal do Estado do Rio Grande do Sul, reunidos em 14 de março de 2017 em Porto Alegre (...) externam sua preocupação com a grave crise que assola o sistema prisional gaúcho, em especial por afetar diretamente a segurança pública e

a vida em sociedade. Os presídios do Estado, em maioria, estão superlotados, com taxas de ocupação de presos muito acima da capacidade de engenharia. Os efeitos da superlotação, somados à ineficiência do Estado, implicam não somente a violação de direitos da pessoa privada da liberdade, mas também o fortalecimento das facções e o aumento da criminalidade e da violência.

Em Lajeado, no momento da decretação da interdição, havia 298 homens para 122 vagas, alojados em condições desumanas.

O mesmo Estado que não construiu presídios e penitenciárias achou, por bem, burlar a lei e superlotar as existentes.

Para esse mesmo caminho seguem os hospitais que atendem emergências.

Não se fala em pagamentos justos pelos SUS, nem em construções de novos hospitais públicos. Sartori ainda achou, por bem, cortar incentivos.

(Continua)

» ARTIGO

Luís Antônio de Abreu Johnson

juiz de Direito

Meios para desafogar o Poder Judiciário

Medidas para o desafogar o Poder Judiciário da avalanche de processos que anualmente nele ingressam serão o foco de estudo a ser concluído até 2018 pelo

Conselho Nacional de Justiça. Este será um dos principais focos de um trabalho de planejamento do “Justiça Pesquisa”, que visa reduzir o total de casos à espera de

juízo e solução nos Tribunais brasileiros.

Com efeito, medidas como elevar a produtividade dos juizes e receber menos ações judiciais não foram o bastan-

te para conter o ingresso e o estoque de processos. Desde o ano passado, menos ações ingressaram no Poder Judiciário - queda de 5,5 % na litigiosidade - e a taxa de atendimento à demanda cresceu em 2015 (104 %). Ainda assim, o volume de ações pendentes sobe desde 2009 e atingiu a casa dos 74 milhões de processos em andamento no Brasil.

O estudo em questão deve identificar os modelos que podem ser aplicados como projetos estratégicos pelo Poder Judiciário nacionalmente. Deverá apontar critérios para aferir o efeito das práticas em reduzir o

tempo de trâmite processual e satisfazer os interesses daqueles que buscam o Judiciário para resolver conflitos.

Lajeado vem se destacando na execução da prática da mediação desde a instalação do Centro Judiciário de Mediação de Conflitos e Cidadania - mais conhecido por Cejusc - e que funciona no 6º andar do prédio do Fórum, sem qualquer custo para o cidadão, bastando lá comparecer e relatar o caso, seguindo-se a designação de uma sessão de mediação contra aquele com quem vinha mantendo um conflito. A mediação se destina a casos que ainda não são objeto de

um processo judicial ou pode ser pedida no curso de um processo judicial de qualquer natureza. E esta prática aqui no Vale do Taquari vem cada vez se afirmando como método alternativo para a solução célere de uma causa e desafogando o Poder Judiciário, que vem mantendo seus números estáveis em suas diferentes varas. Cabe ressaltar o trabalho de mais de 30 mediadores judiciais, especialmente capacitados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e que contribuem decisivamente para o êxito da política pública de solução consensual do litígio.

NOVOS PLANOS + BENEFÍCIOS

- SORTEIOS SEMANAIS DE ATÉ R\$ 40 MIL**
- SEGURO DE VIDA DE ATÉ R\$ 10 MIL REAIS**
- SUBVENÇÃO DE 1 ANO NA MENSALIDADE**
- VALE-ALIMENTAÇÃO POR 12 MESES**
- TODOS OS BENEFÍCIOS QUE VOCÊ JÁ CONHECE**

CENTRAL DE ATENDIMENTO (51) 3712.1310